

Concursado quer impedir o Senado de contratar 800

JORNAL DO BRASIL

- 1 DEZ 1985

Brasília — Um grupo de 55 concursados para o cargo de assessor parlamentar do Senado — e que aguarda contratação há um ano — iniciou um movimento de protesto contra a efetivação sem concurso de mais de 800 funcionários comissionados como permitem os projetos de resolução 149 e 150, a serem votados até dia 5.

— Isto é uma safadeza, uma vergonha — reagiu a jornalista Donalva Caixeta Marinho, um dos 55 assessores parlamentares concursados em 84 preteridos nas contratações pelo **trem da alegria**, patrocinado pelo ex-presidente do Senado, Moacyr Dalla (PDS-ES).

Segundo Donalva Marinho, o grupo todo “está injuriado”, principalmente porque vem procurando insistentemente o diretor-geral do Senado, Lourival Zagonel, para informações, e ele sempre adia uma solução. “No entanto”, protesta Donalva, “agora patrocina até a contratação imoral do filho dele.”

Os 55 concursados fazem parte de um grupo de 132 aprovados no concurso concluído em dezembro de 1984 e que teve 3 mil 200 concorrentes. Dos 132, já foi solucionado o caso de 75, alguns foram contratados, outros desistiram, diante da demora.

Donalva assegurou que alguns dos concursados que entraram com mandado de segurança para garantir suas contratações prejudicadas pelo **trem da alegria** do início do ano são discriminados pela direção geral do Senado. Diante das novas contratações irregulares, alertou, o grupo vai se reunir no início da semana para estudar medidas legais que impeçam o aumento de seus prejuízos com a aprovação dos projetos de resoluções.

— Os concursados que ainda não foram contratados fizeram um concurso, ficaram na **rabeira** e não foram aproveitados, o que é muito normal. Se um concurso tem 50 vagas e 100 são aprovados, os 50 primeiros colocados são logo contratados e os outros ficam esperando uma vaga. E ainda não surgiu vaga — reagiu o diretor da secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado, José Orlando Barbosa Gonçalves, que procurou a sucursal do JORNAL DO BRASIL em Brasília para taxar a notícia como “mentira deslavada”.

Ele admitiu contudo que as pessoas beneficiadas não fazem parte do quadro do Senado, só que, por sua ótica, “não há nada de ilegal” no fato de pessoas que “já prestavam serviço ao Senado”, mesmo sem concurso, passarem para o quadro.

— Eles não serão efetivados, porque serão celetistas. Efetivados, só quando são contratados como estatutários, o que não é caso — afirmou, assegurando que tudo não passou “de um remanejamento interno e até o filho do diretor já trabalha no Senado há três anos”.

Reafirmou que “não há vagas” o que não explica que, embora celetistas, mais de 800 nomes passem a integrar o quadro do Senado. Além disso, velhos funcionários do Congresso lembram que a criação de novos cargos por projetos de resoluções aprovados pelas Mesas do Congresso é inconstitucional. De acordo com os artigos 108, parágrafo 2º, e 42º, inciso 9º, da Constituição, para se criar cargos é necessário que se cumpra todo o procedimento legislativo: aprovação de projeto de lei nas duas casas e sanção presidencial.